



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2010**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2010**

**Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 19/2010**

**EDITAL**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - **ALMG**, conforme autorização expedida pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário, datada de 29/03/2010, torna pública a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o **fornecimento de combustível para aviação (querosene)**.

Esta licitação será regida pelas Leis Federais 8.666/1993, 10.520/2002 e Lei Complementar 123/06; Leis Estaduais 13.994/2001 e 14.167/2002; Decretos Estaduais 44.630/2007 e 44.786/2008 e Deliberações da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais 2.358/2005, 2.385/2006, 2.396/2007 e 2.430/2008 e Portaria PRES/PSEC nº 40/2009 da **ALMG**.

A sessão do pregão e todos os demais procedimentos serão realizados no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais. [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

A abertura das "PROPOSTAS DE PREÇOS" e o início da sessão de disputa de preços será a partir das **10 horas do dia 25/05/2010**, HORÁRIOS DE BRASÍLIA - DF.

A sessão de disputa de preços terá duração de, **no mínimo, 10 (dez) minutos**, seguida de um tempo de iminência de 5 (cinco) minutos e de um tempo randômico de 5 (cinco) até 30 (trinta) minutos.

**1 - DO OBJETO**

**1.1 - Contratação de empresa para fornecimento de combustível de aviação (querosene de aviação - QAV-1/JET A1), por um período de 12 (doze) meses, para abastecimento de aeronave Xingu PP-EMN, na quantidade estimada de 162.000 (cento e sessenta e dois mil) litros anuais, no aeroporto da Pampulha em Belo Horizonte.**

**2 - DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1 - Poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, especializada no ramo**, desde que satisfaça às exigências deste edital e seja previamente credenciada no módulo Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços, SIAD, no Portal de Compras, [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), nos termos do Decreto nº 44.431, de 2006 e suas alterações posteriores.

**2.2 - Não poderá participar** desta licitação a empresa que:

**a) estiver impedida ou temporariamente suspensa** de participar em licitação ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, salvo se comprovar a sua reabilitação;

**b) incidir no estipulado no art. 9.º da Lei n.º 8.666/93;**



c) estiver **incluída no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar** com a Administração Pública Estadual (Lei Estadual 13.994/2001);

d) incorrer em outros **impedimentos previstos em lei**.

**2.3** - A participação no **pregão será por meio da digitação da senha** relativa ao pregoante e **subsequente encaminhamento de proposta de preço nas datas** e horários previstos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

**3.1** - Para acesso ao sistema eletrônico, os fornecedores deverão credenciar a empresa e pelo menos um representante pelo site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), opção "CADASTRO DE FORNECEDORES", conforme instruções nele contidas, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico.

**3.1.1** - A aprovação do credenciamento do representante do fornecedor pelo CAGEF implica na liberação do *login* e senha de acesso para participação no(s) pregão(ões) eletrônico(s) realizados no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais – [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

**3.1.2** - As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefones: 0800 940 2000 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3516 0399 (para outras localidades e celular).

**3.1.3** – O credenciamento é realizado exclusivamente pela **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG**, não cabendo à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais solucionar eventuais problemas a ele relacionados.

**3.2** - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. **O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal do pregoante e de seu representante legal** pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.3** - A microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123/06, disciplinados no Decreto Estadual nº 44.630/07, contemplados na cláusula 7.14 deste edital, deverão comprovar a sua condição, quando do seu credenciamento no CAGEF, com a apresentação de:

**3.3.1** - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Pequena Empresa;

**3.3.2** - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Pequena Empresa.

**3.4** - Na hipótese de o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado no item 3.3.2 deste artigo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, será



aceita, mediante a comprovação dessa circunstância, pelo CAGEF, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei.

**3.5 - A chave de identificação e a senha** poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ou em virtude de sua inabilitação.

#### **4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO**

**4.1 -** Os fornecedores credenciados interessados em participar do pregão eletrônico, deverão enviar suas **propostas de preços na opção “Pregão”**, utilizando, para tanto, exclusivamente, o **sistema eletrônico**, sendo consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

**4.2 -** O **representante** credenciado **digitará a senha pessoal** e intransferível para acesso ao sistema e manifestará, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento às **exigências de habilitação** previstas neste edital e a inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação, e inserirá sua **proposta inicial** para o objeto deste certame, até a data e horário previstos no preâmbulo deste ato convocatório.

**4.2.1 -** O sistema possuirá campo próprio para que a **pequena empresa** declare que apresenta restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal, declarando que atende às demais exigências da habilitação, e firmando o compromisso de que irá adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor.

**4.3 -** O pregoante será **responsável** por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como **firmes e verdadeiras** suas propostas e lances.

**4.4 -** Caberá ao pregoante **acompanhar todas as operações no sistema eletrônico** durante a sessão pública do pregão, ficando **responsável pelo ônus** decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.5 - Ao oferecer sua proposta** no sistema eletrônico, o pregoante deverá **preencher os campos referentes a cada item do lote e o campo “VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA O LOTE”**, que deverá ser formado conforme modelo do **Anexo III - Proposta de Preços**.

**4.5.1 -** Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda nacional, com apenas **duas casas decimais**, sendo consideradas apenas as **duas** primeiras, caso a proposta seja apresentada com três ou mais.

**4.6 -** As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação.

**4.7 -** Nos preços cotados na proposta **deverão estar incluídos** todos os valores incidentes, tais como **taxas, impostos e fretes e respectivo seguro, inclusive o ICMS**, os quais deverão ser os praticados na data da abertura da proposta, e qualquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da **CONTRATADA**.



**4.7.1 - Em se tratando de fornecedor mineiro, será obrigatório o envio da proposta de preços, com a isenção do ICMS,** de acordo com o previsto no item 136, do Anexo I, do Regulamento do ICMS-RICMS, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13/12/2002.

**4.7.1.1 - Na hipótese de recusa por parte do fornecedor, o fato deverá ser comunicado à Superintendência de Fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda.**

**4.7.2 - Nos termos do § 2º, art. 2º da Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, redação dada pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.981, a obrigatoriedade da aplicação da isenção do ICMS fica dispensada nas aquisições de mercadorias de fornecedor mineiro optante pelo Regime do Simples Nacional de que trata a Lei Complementar 123/06.**

**4.8 - Os pregoantes mineiros deverão registrar seus lances com o preço vazio, já considerada a incidência da isenção do ICMS, devendo o julgamento da pregoante vencedora ser feito com base no preço sem ICMS.**

**4.9 - O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data marcada para abertura das propostas nos termos do art. 11 da Lei Estadual nº 14.167, de 2002, e do inciso III do §1º, do art. 7º, do Decreto nº 44.786, de 2008. Em caso de omissão do pregoante, será considerado o prazo mínimo exigido.**

**4.10 - O proponente terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não esteja encerrado o período de tempo previsto para o encaminhamento desta. Uma vez encerrado o tempo previsto, o sistema não permitirá a alteração ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.**

## **5 - DA HABILITAÇÃO**

**5.1 - A habilitação do pregoante será aferida por intermédio de documentos relativos à capacitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira.**

**5.1.1 - A capacitação jurídica será comprovada por:**

**a) registro comercial,** no caso de empresa individual;

**b) ato constitutivo ou estatuto, ou contrato social em vigor ou a última alteração contratual, se houver,** devidamente registrado, em se tratando de associação ou sociedade, acompanhada de prova de diretoria em exercício, e, no caso de sociedade por ações, também o documento de eleição de seus administradores;

**c) decreto de autorização,** em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e prova de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**5.1.2 - A regularidade fiscal será atestada por:**

**a) Certificado de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).**

**b) Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).**



- c) Certidão de regularidade com o Instituto Nacional de Seguridade Social (**INSS**).
- d) Certidão de regularidade com a **Fazenda Federal**.
- e) Certidão de regularidade com a **Fazenda Estadual**.
- f) Nos casos de **MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional**, a pregoante deverá apresentar **ficha de inscrição estadual** confirmando a opção, podendo o pregoeiro consultar a opção por esse regime por meio do site <http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>.

**5.1.2.1 - O CRC - Certificado de Registro Cadastral, atualizado**, emitido por órgão ou entidade pública federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 32, § 3º, da Lei 8.666/93, comprovando o cadastramento para a finalidade pertinente à desta licitação, **substituirá** os documentos mencionados nos subitens 5.1.1 e 5.1.2, desde que **conste a indicação das respectivas certidões solicitadas com os devidos prazos de validade e sem nenhuma restrição**.

**5.1.2.2 - A regularidade** perante o **FGTS** e o **INSS**, será aferida nos *sites* da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Previdência e Assistência Social.

**5.1.2.3 - A prova de regularidade** com a **Fazenda Federal** deverá ser feita mediante a apresentação de **certidões** expedidas pela Secretaria da **Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**, nos termos do Decreto Federal n.º 6.106/2007, **ou ainda Certidão Positiva com Efeito de Negativa**.

**5.1.2.4 - A prova de regularidade** com a **Fazenda Estadual** deverá ser feita mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débito Plena** ou **Certidão Negativa de Débito** quanto ao **ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação**, **ou ainda Certidão Positiva com Efeito de Negativa**.

**5.1.2.5 - As MEs e EPPs deverão** apresentar toda a documentação exigida para efeito de **comprovação de regularidade fiscal**, mesmo que essa apresente alguma restrição.

**5.1.2.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 2 (dois) úteis** para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor.

**5.1.2.5.2 - O prazo** a que se refere o subitem anterior **poderá ser prorrogado por igual período pela ALMG**.

**5.1.2.5.3 - A não regularização da documentação relativa à regularidade fiscal implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis**.

**5.1.3 - A qualificação técnica** será atestada por Documento fornecido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) que autorize a empresa licitante para o exercício da atividade de distribuição e/ou revenda de combustíveis líquidos derivados de petróleo.

**5.1.4 - A qualificação econômico-financeira** será verificada pela apresentação de **Certidão Negativa de Falência e Concordata** expedida pelo distribuidor da sede (matriz) do pregoante, com **antecedência máxima de 45 (quarenta e cinco) dias** da data prevista para o início da sessão pública do pregão.

**5.2 - Ao participar do certame o pregoante declara possuir pessoal qualificado, instalações e equipamentos necessários e disponíveis ao cumprimento do objeto** desta licitação, no Aeroporto da Pampulha, responsabilizando-se pela veracidade desta informação.



**5.3** - O pregoante, ao participar do certame, afirma cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, responsabilizando-se pela veracidade desta informação.

**5.4** - Sob pena de **inabilitação**, os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados no **original, cópia autenticada** ou cópia não autenticada, acompanhada dos respectivos originais, para autenticação pela **ALMG**, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, **não se aceitando documentos via fax** e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.

**5.5** - Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

**a)** em nome do **pregoante**, com número do **CNPJ** e **endereço** respectivo;

**b)** em nome da **sede (matriz)**, se o pregoante for a sede (matriz);

**c)** em nome da **filial**, se o pregoante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

**5.6** - Os documentos exigidos para habilitação deverão ser datados dos últimos **180 (cento e oitenta) dias** da data prevista para a abertura das propostas, quando não houver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por outra norma legal, ressalvada a **Certidão Negativa de Falência e Concordata, subitem 5.1.4**, cuja antecedência máxima será de **45 (quarenta e cinco) dias**.

**5.7** - A **falta** de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará na **INABILITAÇÃO** do pregoante.

**5.8** - Havendo superveniência de **fato impeditivo** à participação do certame, fica o pregoante **obrigado a declará-lo**, sob o risco de sofrer as penalidades legais cabíveis.

**5.9** - A apresentação da proposta por parte do pregoante significa o **pleno conhecimento** e sua integral concordância com as cláusulas deste edital.

## **6 - DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**6.1** - Na **data e horário previstos** no preâmbulo deste edital serão **abertas as propostas de preços**, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas e verificar a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

**6.2** - O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo **MENOR PREÇO**.

**6.2.1** - O critério de **julgamento para os pregoantes mineiros será o preço ofertado com isenção do ICMS**, nos termos da Nota Técnica nº 98 de 2003, da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, considerando-se esse preço (vazio) já no momento do julgamento.

**6.3** - Será **desclassificada** a proposta elaborada em **desacordo** com os termos deste edital, que se **oponha** a qualquer **dispositivo legal vigente** ou que contenha **preços excessivos** ou manifestamente **inexequíveis**, preços **simbólicos ou irrisórios**, ou com valor zero, e ainda vantagens ou preços baseados nas ofertas dos demais pregoantes. Também não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas nesta licitação,



que apresentarem **irregularidades** ou **defeitos** capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados neste edital.

## 7 - DA SESSÃO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**7.1** - A partir do horário previsto neste edital, **terá início a sessão pública do pregão eletrônico**, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

**7.2 - Aberta a etapa competitiva**, os pregoantes poderão **encaminhar lances** exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o pregoante imediatamente informado do seu recebimento e respectivos horário de registro e valor.

**7.3** - Os pregoantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**7.4** - Durante toda a sessão de lances, o sistema permitirá que o fornecedor cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote apenas o de menor valor.

**7.5** - Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lances.

**7.6** - Durante o transcurso da sessão pública, os pregoantes **serão informados**, em **tempo real**, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais pregoantes, sendo **vedada** a identificação do detentor do lance.

**7.7** - Caso o proponente não realize lances, será considerado o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

**7.8** - A **etapa de lances** da sessão pública, prevista no edital, **será encerrada** mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de 5 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

**7.9** - No caso de **haver desconexão** do pregoeiro com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema poderá permanecer **acessível** aos pregoantes para o recebimento dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.10** - Quando a **desconexão persistir por tempo superior a dez minutos**, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

**7.11 - Não havendo expediente** na **ALMG** ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente **transferida** para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro de data diversa.

**7.12 - Encerrada a etapa de lances**, o pregoeiro **examinará a aceitabilidade da melhor oferta**, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito. Caso não haja lances, o pregoante vencedor será aquele que houver ofertado a melhor proposta inicial.

**7.13** - No prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública virtual, o detentor da melhor oferta deverá encaminhar o **original** ou cópia



autenticada da **documentação exigida para habilitação**, bem como o detalhamento da **Proposta de Preços** à Comissão Permanente de Licitação da **ALMG**, Rua Rodrigues Caldas, n.º 79 - 14º andar – Edifício Tiradentes – Belo Horizonte/MG -CEP 30.190-120.

**7.13.1** - A **entrega efetiva da documentação no prazo** previsto no subitem anterior é de **exclusiva** responsabilidade da pregoante, **não se responsabilizando a ALMG por qualquer atraso no recebimento, inclusive no envio via correio**, ser for o caso, ainda que a data da postagem esteja dentro do prazo.

**7.13.2** - O detalhamento da **Proposta de Preços**, deverá ser apresentado datilografado ou digitado, contendo a **razão** ou denominação **social**, **CNPJ**, **endereço**, com **CEP**, **email**, **telefone** e **fax**. A proposta deverá ser redigida com **clareza**, sem emendas, rasuras, borrões não ressaltados, acréscimos ou entrelinhas, devidamente **datada** e **assinada** pelo **representante legal** da empresa (se **Procurador**, acompanhado da respectiva **Procuração**), e conter expressamente as informações exigidas no respectivo anexo, e o preço proposto conforme **subitem 4.5** deste edital.

**7.13.2.1** - **Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS**, conforme dispõe o Decreto nº 43.349, de 30 de maio de 2003, regulamentado pela Resolução Conjunta nº 3.458 das Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda, de 23 de julho de 2003, e **suas propostas deverão conter**, obrigatoriamente, **além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados, o preço resultante da dedução do ICMS** conferida, e o preço a ser considerado para julgamento será o resultante da dedução do ICMS.

**7.13.2.2** - O **contribuinte mineiro** optante pelo **Regime do Simples Nacional** deverá apresentar em sua proposta apenas o **preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados, incluindo o valor do ICMS**.

**7.14** - Após a apuração da regularidade, e respectiva habilitação no sistema, do pregoante detentor da melhor proposta válida, será assegurada, como **critério de desempate, preferência de contratação** para o pregoante que detenha a condição de **MICROEMPRESA - ME** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**.

**7.14.1** - Entende-se por **empate** para efeito do **subitem 7.14** aquela situação em que as **propostas** apresentadas pelas **MEs e EPPs** sejam **iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço**.

**7.14.2** - Ocorrendo a hipótese a que se refere o **subitem 7.14.1**, o **pregoeiro convocará a ME ou EPP mais bem classificada para apresentar proposta de preço inferior** àquela considerada vencedora, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**7.14.3** - Caso a **ME e a EPP** a que se refere o **subitem 7.14** não exerça a faculdade ali descrita, **serão**, para o mesmo fim, **convocadas sucessivamente as remanescentes cuja situação se enquadre na configuração de empate** a que se refere o **subitem 7.14.1**.

**7.15** - Após a aplicação do **critério de desempate**, se houver, o **pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço**, para que possa ser obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.





**7.16** - Caso a **empresa detentora da melhor proposta** venha a ser **desclassificada** ou inabilitada, o pregoeiro examinará as **ofertas subsequentes** e a qualificação dos pregoantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo pregoante declarado vencedor.

**7.17** - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

## **8 - DOS RECURSOS**

**8.1** - Após a declaração do(s) pregoante(s) vencedor(es) do certame, os demais pregoantes terão um **prazo de 5 minutos** para **manifestar, motivadamente e por meio eletrônico, a intenção de interpor recurso**, através do endereço [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para o encaminhamento das razões do recurso, ficando os demais pregoantes, desde logo, intimados a apresentarem as eventuais contrarrazões dentro de igual prazo, em formulário próprio, conforme modelo constante do **ANEXO II - (modelo de encaminhamento das razões de recurso e contrarrazões)**, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

**8.2** - O **acolhimento de recurso** importará a **invalidação** apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.3** - A **falta de manifestação** imediata e motivada do pregoante importará a **renúncia do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação** pelo pregoeiro ao vencedor.

**8.4** - O prazo para **decisão de recurso** é de **5 (cinco) dias úteis**, após o qual a autoridade competente fará a **adjudicação** ao pregoante **vencedor**.

**8.5** - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax.

**8.6** - Julgado o recurso, a decisão será publicada no “Diário do Legislativo” do órgão oficial do Estado, “Minas Gerais”, e no endereço eletrônico [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

## **9 - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS**

**9.1** - As disposições contratuais, incluídos os prazos e condições para a execução do contrato, serão aquelas estabelecidas no **Anexo IV- MINUTA DE CONTRATO**, cujo conteúdo é parte **integrante deste** edital, para todos os efeitos.

**9.2** - A **ALMG** poderá **ampliar ou reduzir quantitativamente** o objeto desta licitação, respeitada a limitação prevista em lei, hipótese em que se fará o reajustamento correspondente e proporcional ao seu preço, desde que **mantidas as condições gerais** da proposta original.

### **9.3 - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**9.3.1** - A **CONTRATADA** obriga-se a:

**a)** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições exigidas para sua habilitação no processo licitatório;

**b)** O fornecimento de combustível só será realizado para os pilotos da aeronave devidamente identificados por meio de documento enviado à empresa o qual deverá conter os seus dados, bem como assinatura, para confronto com a requisição.



**9.3.2 - Compete ao responsável técnico indicado pela Diretoria-Geral:**

b) Manifestar-se acerca das questões que se apresentarem durante o fornecimento.

**9.4 - DA ENTREGA**

**9.4.1 - O combustível deverá ser entregue mediante abastecimento da aeronave, no Aeroporto da Pampulha – Carlos Drummond de Andrade – em Belo Horizonte – MG.**

**9.5 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**9.5.1 - O prazo de duração do contrato deverá ser de 12 (doze) meses.**

**DA REVISÃO**

**9.5.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais** criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrida após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**9.5.2.1 - Eventual alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato** será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a alteração da relação encargos-retribuição inicialmente pactuada.

**9.6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.6.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta n.º 1011.01.122.701-2.009-3.3.90.30 (10.1) da dotação orçamentária.**

**9.7 - DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E DO PAGAMENTO**

**9.7.1 - A liquidação da despesa** será realizada pela área gestora/mantenedora do contrato, por meio da **aceitação formal do objeto**, desde que **cumpridas as exigências contratuais e mediante a apresentação das notas fiscais/faturas e CND/INSS.**

**9.7.2 - O pagamento será quinzenal**, mediante processo administrativo. A **CONTRATADA** apresentará as notas fiscais/faturas à **Diretoria-Geral** da ALMG, situada na Rua Rodrigues Caldas, nº 30, 1º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-921 e a **ALMG** disporá de **10 (dez) dias úteis** para efetuar o pagamento, contados da data da **aceitação dos serviços**, por meio de **depósito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA**, formalmente indicada com os demais dados necessários à sua operacionalização, **nos termos da Deliberação da Mesa da ALMG n.º 2358/2005.**

**9.7.2.1 - Os quantitativos previstos neste Edital representam apenas uma expectativa de contratação por um ano, não se obrigando a ALMG a contratar** naquele quantitativo.

**9.7.3 - O pagamento só será efetuado após a necessária aceitação da mercadoria pela comissão designada** pelo titular da Diretoria-Geral da **ALMG.**

**9.7.4 - A ALMG não efetua pagamento antecipado**, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

**9.7.5 - O quantitativo previsto no objeto deste edital reflete apenas a possibilidade de contratação de serviços** de fornecimento de combustível no período de **01 (um) ano.** Por se



tratar de **quantitativo estimado**, não se obriga a **ALMG** a contratar tal quantitativo, sendo certo que, para **efeito de pagamento**, só será considerado o combustível efetivamente fornecido.

**9.7.6** - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias úteis após o aceite da nota válida.

**9.7.7** - A empresa mineira não optante pelo Simples Nacional deverá emitir nota fiscal de fornecimento de acordo com o disposto no art. 9º da Resolução Conjunta nº 3.458, de 22 de julho de 2003, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Estado de Fazenda, observadas as alterações posteriores.

## **9.8 - DAS MULTAS E DEMAIS SANÇÕES**

**9.8.1** - Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderá a **ALMG** aplicar as sanções previstas na legislação pertinente, especialmente o art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e as disposições da Deliberação da Mesa nº 2.358, de 2005, independentemente de procedimento judicial.

**9.8.2** - Pelo **atraso injustificado na execução do contrato**, poderá a **ALMG** aplicar à **CONTRATADA MULTA DE MORA** de até 0,3% (três décimos por cento), por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, e de até **20% (vinte por cento)**, no caso de atraso superior a **30 (trinta) dias**, calculada sobre o valor do contrato ou da parcela executada com atraso.

**9.8.3** - No caso da **CONTRATADA** deixar de cumprir obrigação legal ou contratual, ou se recusar a corrigir falta ou defeito apontado pela **ALMG**, ou pela inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada **MULTA COMPENSATÓRIA** baseada na estimativa dos **prejuízos causados à ALMG**, a que se refere o inciso V do “caput” do art. 12 da Deliberação da Mesa da **ALMG** nº 2358, de 2005, **graduada em até 20% (vinte por cento)** do valor do contrato ou da parcela não executada.

**9.8.4** - O **valor das multas** previstas acima **será descontado do pagamento** de fatura(s) eventualmente devida(s) pela **ALMG** à **CONTRATADA**, ou da garantia por esta fornecida e, quando não houver pagamento a ser efetuado nem garantia, **A MULTA SERÁ COBRADA ADMINISTRATIVA OU JUDICIALMENTE**, observado o disposto no § 2º, do art. 12, da Deliberação da Mesa da **ALMG** nº 2.358, de 2005, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**9.8.5** - O pregoante que **deixar de entregar documentação** exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto licitado, **não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar** e contratar com o Estado e, se for o caso, será **descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais**, pelo prazo de **até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais

**9.8.6** - As penalidades previstas neste edital serão aplicadas de acordo com a Deliberação da Mesa da **ALMG** nº 2.358, de 2005.

## **9.9 - DA FISCALIZAÇÃO**

**9.9.1** - A execução do contrato será fiscalizada pela **ALMG** através da Diretoria-Geral, sendo indicados **servidor(es) que será(ão) responsável(eis) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e para manter contato permanente com a CONTRATADA** ou seu representante, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa da **ALMG** nº 2.358/05. O(s) servidor(es) será(ão), ainda, responsável(eis) pela **emissão do parecer técnico das ocorrências na execução** do contrato, nos termos do art. 12 da Deliberação da Mesa da **ALMG** nº 2.358/05.



## 9.10 - DO FORO

**9.10.1** - O foro da Comarca de Belo Horizonte é o competente para **solucionar as questões** atinentes a esta licitação ou a atos dela decorrentes.

## 10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**10.1** - Os **prazos** mencionados neste edital, bem como nas respectivas propostas, somente terão início e término em **dia de expediente** na **ALMG**, e serão sempre considerados em **dias corridos**, salvo se outra forma for prevista.

**10.1.1** - Para efeito de **aplicação** do previsto neste subitem, os prazos indicados para quaisquer atos do procedimento licitatório, inclusive o da validade das propostas, serão considerados prorrogados para o **primeiro dia útil subsequente**, se recaírem em data em que não haja expediente na **ALMG**.

**10.1.2** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital **será excluído o dia do início e incluído o do vencimento**, e serão **considerados os dias corridos**, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**10.2** - Até o quinto dia após a publicação do aviso do edital, contado na forma do **subitem 10.1.2**, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou **impugnar** o ato convocatório do pregão, nos termos do Decreto Estadual nº 44.786/2008.

**10.2.1** - Compete ao Pregoeiro decidir sobre a **impugnação** do edital, sendo ouvido o órgão responsável pela elaboração do edital e do termo de referência, ou, por intermédio do Diretor-Geral, a Procuradoria-Geral, conforme o caso.

**10.3** - O pregoante **vencedor** terá o prazo de **05 (cinco) dias, contados da intimação**, para **assinar o instrumento** oriundo deste procedimento licitatório (ou aceitar a Ordem de Compra).

**10.3.1** - **Pela recusa do adjudicatário**, sem justificativa aceita pela **ALMG**, em assinar o **Contrato ou aceitar a Ordem de Compra** ou de Serviço no prazo estabelecido, poderá a **ALMG** aplicar **multa graduada em até 10% (dez por cento)** do valor do contrato.

**10.3.2** - Se o **pregoante vencedor**, convocado dentro do prazo de **validade de sua proposta, não celebrar o contrato**, o pregoeiro examinará as **ofertas subsequentes** e a qualificação dos pregoantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo pregoante declarado vencedor.

**10.4** - A **ALMG** se reserva o **direito de anular ou revogar**, a qualquer tempo, a presente licitação, sem que disto decorra qualquer direito aos pregoantes, observado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

**10.5** - A nulidade do processo licitatório induzirá à dos atos dele decorrentes.

**10.6** - É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, **promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar** a instrução do processo.

**10.7** - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no **prazo** determinado pelo pregoeiro, sob pena de **desclassificação/inabilitação**.



**10.8** - O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

**10.9** - O pregoeiro poderá subsidiar-se em pareceres **emitidos por técnicos ou especialistas** no assunto objeto desta licitação.

**10.10** - As **normas que disciplinam** este Pregão serão sempre interpretadas em favor da **ampliação da disputa entre os proponentes**, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**10.11** - O **resultado da licitação** será divulgado mediante aviso no endereço eletrônico [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

**10.12** - Respeitados os prazos legais e os direitos dos pregoantes, o pregoeiro, a qualquer tempo, antes da abertura das propostas, poderá, devidamente motivado, **proceder alterações concernentes à licitação** ora regulada, por sua iniciativa, disponibilizando no sistema as informações necessárias e determinando, ainda, quando necessário, o adiamento do recebimento e/ou da abertura das propostas.

**10.13** - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro.

**10.14** - Para **informações complementares de natureza técnica**, os interessados deverão entrar em contato com os servidores **Maria de Fátima Pereira - (31) 2108-7608** ou **Gil Flávio Naves Lima - (31) 2108-7600**.

**10.15** - Este edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), **bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG**, na Rua Rodrigues Caldas, n.º 79, 14º andar, Ed. Tiradentes, (CEP 30190-120), no horário de 8:30 às 17:30 horas, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 (cinco centavos) por folha ou, gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o pregoante deverá portar disquete próprio ou informar um endereço eletrônico.

**10.16** - O pregoeiro e sua equipe de apoio encontram-se à disposição para **esclarecer dúvidas** ou **prestar informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo telefone (31) 2108-7730, Fax (31) 2108-7735 ou 2108-7742, e ainda pelo **e-mail [licitacao@almg.gov.br](mailto:licitacao@almg.gov.br)**. O pregoeiro não se responsabilizará por *e-mails* que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto da **ALMG** quanto do emissor.

**10.17** - Constituem parte integrante deste edital os **ANEXOS: I - Termo de Referência; II - Modelo para encaminhamento das razões do recurso e de contrarrazões; III - Proposta de Preços e, IV - Minuta de Contrato**.

Eduardo de Mattos Fiuza, **Pregoeiro**.

**Equipe de Apoio:** José Henrique Ribeiro Campos, Sueli Barbosa de Abrêu, Paulo Henrique Chiarelli e José Roberto Xavier Umbelino.

**Membros Suplentes:** Maurício Machado de Castro, André Moura Moreira e Vamberto Luiz de Castro.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte, 11 de maio de 2010.

Eduardo Vieira Moreira  
Diretor-Geral



**ANEXO I**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 020/2010**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2010**

**(Termo de referência a que se refere o art. 6º do Decreto Estadual n.º 44.786/2008.)**

**a) Objeto e especificações:** contratação de empresa para fornecimento de combustível de aviação (querosene de aviação – QAV-1JET A1), por um período de 12 (doze) meses, para abastecimento de aeronave Xingu PP-EMN, na quantidade estimada de 162.000 (cento e sessenta e dois mil) litros anuais, no aeroporto da Pampulha em Belo Horizonte.

**b) Critérios de aceitabilidade:** julgamento pelo menor preço, conforme especificações técnicas do objeto acima.

**c) Justificativa da contratação:** abastecimento da aeronave XINGU, fabricante: Embraer, prefixo: PP-EMN, utilizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, para atender a necessidade permanente de deslocamento de Deputados e servidores a diversas regiões do Estado, para a realização de eventos, tais como seminários, fóruns, audiências públicas e debates, objetivando o acompanhamento de políticas públicas e o aprofundamento da relação com a sociedade, tornando sua participação no processo legislativo cada vez mais efetiva.

**f) Da entrega:** o combustível deverá ser entregue mediante abastecimento da aeronave, no **Aeroporto da Pampulha** – Carlos Drummond de Andrade – em Belo Horizonte – MG.

**g) Responsável(is) técnico(s) pelas informações e pelo acompanhamento do contrato/telefone:** Otaviano Duarte Jales Sobrinho – (31) 9983-7916, Maria de Fátima Pereira – (31) 2108-7608 e Gil Flávio Naves Lima (31) 2108-7600.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANEXO II**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 020/2010**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2010**

**Modelo para encaminhamento das razões do recurso e de contrarrazões**

AO PREGOEIRO:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

CONTATO:

LOTE:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

DATA:

RAZÕES DO RECURSO/CONTRARRAZÕES:

Belo Horizonte ..... de ..... de 2010.

**Assinatura e carimbo  
(Representante legal)**





**ANEXO III**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 020/2010**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2010**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**

EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ \_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_

OBJETO	(A) ESTIMATIVA DE CONSUMO ANUAL		(B) VALOR UNITÁRIO EM R\$		(A x B) TOTAL ANUAL EM R\$	
	UN	QDT	Com ICMS	Sem ICMS	Com ICMS	Sem ICMS
<b>Combustível para Aviação (Querosene – QAV-1/JET A1)</b>	<b>Litro</b>	<b>162000</b>				

Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais que não sejam inscritos no SIMPLES NACIONAL ficam isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 43.349/03, regulamentado pelas Resoluções Conjuntas da SEF/SEPLAG nº 3.458/03 e nº 3.609/04.

Nos preços propostos, encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

OBS: Os campos “valores com ICMS” deverão ser preenchidos por todos os proponentes e os campos “valores sem ICMS” deverão ser preenchidos apenas pelos fornecedores mineiros, conforme determina a Resolução Conjunta nº 3.458/03, das Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, que regulamenta a isenção do ICMS para este caso.

Belo Horizonte,            de    de 2010.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal da empresa)



**ANEXO IV**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 020/2010**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2010**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATANTE:** Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

**CONTRATADA:**

**OBJETO:** Fornecimento de combustível para aviação (querosene)

**PREÇO POR LITRO:**

**PREÇO GLOBAL ESTIMADO:** R\$

**VIGÊNCIA:** 12 meses, a partir da assinatura

**LICITAÇÃO:** Processo Licitatório n.º 020/2010 Pregão Eletrônico n.º 020/2010

**DIRETORIA RESPONSÁVEL:** Diretoria-Geral (DGE)

Entre a **Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**, com sede na Rua Rodrigues Caldas, n.º 30, nesta Capital, inscrita no CNPJ n.º 17.516.113/0001-47, adiante designada **CONTRATANTE**, representada pelo seu Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, e pelo seu Primeiro-Secretário, Deputado Dinis Antônio Pinheiro, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, adiante designada **CONTRATADA**, representada nos termos de seus atos constitutivos, tendo em vista o resultado do procedimento licitatório, pela modalidade de Pregão Eletrônico n.º 020/2010, e o EXPJ/\_\_\_/2010 da Procuradoria-Geral, homologado pela decisão do dia \_\_\_/\_\_\_/2010, fica contratado, sob o regime das Leis Federais 8.666/93 e 10520/2002 e Leis Estaduais n.º 13.994/2001 e 14.167/2002, o seguinte:

**1 - DO OBJETO DO CONTRATO**

**1.1** - Fornecimento de combustível de aviação (querosene de aviação QAV-1/Jet A1) para abastecimento de aeronave Xingu PP-EMN, na quantidade estimada de 162.000 (cento e sessenta e dois mil) litros anuais, no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte.

**2 - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1** - A **CONTRATANTE** poderá ampliar ou reduzir quantitativamente o objeto deste contrato, respeitada a limitação prevista em lei, hipótese em que se fará o reajustamento correspondente e proporcional ao seu preço, desde que mantidas as condições gerais da proposta original.

**3 - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**3.1** - A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a)** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições exigidas para sua habilitação no processo licitatório;
  - b)** manter absoluto sigilo com referência a assuntos da **CONTRATANTE**, de que tome conhecimento em função do fornecimento do produto objeto deste contrato;
  - c)** comprovar a qualquer tempo por exigência da **CONTRATANTE**, o cumprimento das obrigações previstas na alínea "a" desta Cláusula, como condição para o pagamento das faturas;
  - d)** manter sempre à disposição da **CONTRATANTE** o produto objeto desta avença.
- 3.2** - O fornecimento de combustível só será realizado para os pilotos da aeronave devidamente identificados por meio de documento enviado à empresa, que deverá conter os respectivos dados, bem como assinatura, para confronto com a requisição.
- 3.3** - A **CONTRATADA** deverá credenciar preposto para representá-la junto à



**CONTRATANTE**, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução deste contrato.

#### **4 - DA ENTREGA**

**4.1** - O combustível deverá ser entregue, mediante abastecimento, no Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte – MG.

#### **5 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**5.1** - O prazo de duração do contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

#### **6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta n.º 1011.01.122.701-2009-3.3.90.30 (10.1) da dotação orçamentária.

#### **7 - PREÇO**

**7.1** - O valor máximo a ser gasto durante a execução deste contrato será de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), correspondente à quantidade máxima estimada de 162.000 (cento e sessenta e dois mil) litros anuais, ao preço unitário de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) o litro de combustível, observado o disposto nas cláusulas **1.1** e **8.1**.

**7.2** - O preço pactuado poderá ser reajustado, para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovada alteração dos preços dos combustíveis, mediante autorização governamental.

#### **8 - DO PAGAMENTO**

**8.1** - O quantitativo estimado na cláusula 7.1 deste contrato constitui um mero referencial, somente sendo pago o combustível efetivamente fornecido.

**8.2** - A liquidação da despesa será realizada pela área gestora deste contrato, por meio de aceitação formal do seu objeto, desde que cumpridas as exigências contratuais e mediante a apresentação das notas fiscais/faturas e CND/INSS.

**8.3** - O pagamento será quinzenal, mediante processo administrativo. A

**CONTRATADA** apresentará as notas fiscais/faturas à Diretoria-Geral da **CONTRATANTE**, situada na Rua Rodrigues Caldas, nº 30, 1º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-921 e a **CONTRATANTE** disporá de 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento, contados da data da aceitação dos serviços, por meio de depósito em conta bancária de titularidade da **CONTRATADA**, formalmente indicada com os demais dados necessários à sua operacionalização, nos termos da Deliberação da Mesa da **CONTRATANTE** n.º 2358/2005.

**8.3.1** - O pagamento só será efetuado após a necessária aceitação da mercadoria pela comissão designada pelo titular da Diretoria-Geral da **CONTRATANTE**.

**8.4** - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias úteis após o aceite da nota válida.

#### **9 - RESPONSABILIDADES**

**9.1** - Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior mencionadas no art. 393 do Código Civil, a **CONTRATADA** responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela **CONTRATANTE** ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivos ou omissivos da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, tais como os decorrentes de danificação, acidentes, extravios, furtos ou roubos de objetos, ocorridos quando sob seus cuidados, ou em razão de omissão, em tempo oportuno, na realização de medidas necessários.

**9.2** - Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos na cláusula anterior, a



**CONTRATANTE** poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela **CONTRATADA** ou promover a execução judicial, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

## **10 - DAS MULTAS E DEMAIS SANÇÕES**

**10.1** - Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderá a **CONTRATANTE** aplicar as sanções previstas na legislação pertinente, especialmente o art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e as disposições da Deliberação da Mesa nº 2358, de 2005, independentemente de procedimento judicial.

**10.2** - Pelo atraso injustificado na execução do contrato, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** multa de mora de até 0,3% (três décimos por cento), por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, e de até 20% (vinte por cento), no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, calculada sobre o valor do contrato ou da parcela executada com atraso.

**10.3** - No caso da **CONTRATADA** deixar de cumprir obrigação legal ou contratual, ou se recusar a corrigir falta ou defeito apontado pela **CONTRATANTE**, ou pela inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa compensatória baseada na estimativa dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, a que se refere o inciso V do "caput" do art. 12 da Deliberação da Mesa da **CONTRATANTE** nº 2358, de 2005, graduada em até 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da parcela não executada.

**10.4** - O valor das multas previstas acima será descontado do pagamento de fatura(s) eventualmente devida(s) pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, ou da garantia por esta fornecida e, quando não houver pagamento a ser efetuado nem garantia, a multa será cobrada administrativa ou judicialmente, observado o disposto no § 2º, do art. 12, da Deliberação da Mesa da **CONTRATANTE** nº 2.358, de 2005, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**10.5** - As penalidades previstas neste contrato serão aplicadas de acordo com a Deliberação da Mesa da **CONTRATANTE** nº 2.358, de 2005.

## **11 - DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1** - A execução do contrato será fiscalizada pela **CONTRATANTE** através da Diretoria-Geral, sendo indicados servidor(es) que será(ão) responsável(eis) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e para manter contato permanente com a **CONTRATADA** ou seu representante, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa da **CONTRATANTE** nº 2.358/05. O(s) servidor(es) será(ão), ainda, responsável(eis) pela emissão do parecer técnico das ocorrências na execução do contrato, nos termos do art. 12 da Deliberação da Mesa da **CONTRATANTE** nº 2.358/05.

## **12 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**12.1** - Este contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pela **CONTRATANTE**, tanto por inadimplência da **CONTRATADA** como por interesse público, nos termos da Lei 8.666/93, sem prejuízo, quando for o caso, da apuração da responsabilidade civil ou criminal, ou de outras sanções aplicáveis.

**12.2** - As partes contratantes poderão promover a rescisão amigável deste contrato, através de termo de distrato.

**12.3** - Na hipótese de rescisão não amigável do contrato, não vinculada a ato ou fato da **CONTRATADA**, ser-lhe-á dado aviso com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

## **13 - DO FORO**

**13.1** - O foro da Comarca de Belo Horizonte é o competente para solucionar as questões atinentes a este contrato.

As partes firmam o presente contrato, em duas vias, juntamente com duas testemunhas.

Belo Horizonte, de de 2010.



**Deputado Alberto Pinto Coelho Deputado Dinis Antônio Pinheiro**  
Presidente Primeiro-Secretário

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS: 1 - \_\_\_\_\_**

**2 - \_\_\_\_\_**